

PERIÓDICOS ACADÊMICOS: ANTAGONISMO ENTRE PRODUÇÃO E LEITURA

(notas sobre revistas da área de Letras publicadas em 2013)

ACADEMIC JOURNALS: PRODUCTION AGAINST READING
(notes on journals published in 2013, related to literary studies)

Jaime Ginzburg*

RESUMO: Revistas acadêmicas são muito importantes em sistemas de avaliação desenvolvidos por agências de fomento à pesquisa. Pesquisadores são encorajados a publicar em revistas com conceito A1. Quando escrevem seus ensaios, eles escolhem citar livros e capítulos de livros, em uma frequência muito maior do que periódicos. É estabelecido um antagonismo: a mesma comunidade acadêmica que trabalha com dedicação por suas revistas não as cita com a frequência esperada. É possível perguntar então: para quem os pesquisadores estão escrevendo? O trabalho analisa um *corpus* de revistas brasileiras da área de Literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Revistas acadêmicas. Avaliação. Produção. Leitura. Literatura.

ABSTRACT: Academic journals are very important to evaluation systems developed by research foundations. Scholars are encouraged to publish in A1 journals. When they write their essays, they choose to quote books and book chapters, most of the times, instead of journals. There is an antagonism: the very same academic community who's working hard for their journals is not quoting them as expected. We might ask, then, to whom are the scholars writing? This article discusses a group of Brazilian journals on literary studies.

KEYWORDS: Academic journals. Evaluation. Production. Reading. Literature.

O objetivo geral deste trabalho consiste em desenvolver um conjunto de hipóteses sobre o papel exercido por periódicos acadêmicos na vida acadêmica brasileira. O *corpus* selecionado é de revistas de estudos literários. É possível que alguns pontos examinados sejam referentes a situações reconhecidas por pesquisadores de outras áreas, em especial, em humanidades. Um dos fatores de motivação consiste na

* Professor associado de literatura brasileira na Universidade de São Paulo. Realizou pós-doutorado na FALE-UFMG. Defendeu tese de livre-docência na FFLCH-USP. E-mail: ginzburg@usp.br

partilha de preocupações, com colegas de diversas instituições, com relação às avaliações institucionais.

Um dos principais critérios de valorização de programas de pós-graduação, no Brasil, consiste na quantidade de artigos publicados, por seus respectivos professores, em revistas acadêmicas. Duas preocupações derivam continuamente da observação desses critérios: a busca, por parte de docentes, de oportunidades de publicação em revistas com avaliação boa ou ótima; a sustentação, por parte de programas, de periódicos capazes de reconhecimento pelos pares.

O emprego, em diversas áreas de conhecimento, de indexadores de fator de impacto internacionais, como parâmetro de avaliação de pesquisas, provoca frequentemente situações de ansiedade acadêmica, em áreas cujos principais periódicos não estão incluídos nos indexadores mais conhecidos.

A principal hipótese deste artigo propõe que existe uma assimetria entre a produção e a leitura, no seguinte sentido: o interesse de docentes em publicar artigos em revistas A1 ou A2 é um elemento relativamente independente da consideração de conteúdos das revistas na elaboração de novas pesquisas. É possível que livros e capítulos de livros tenham um papel mais central, na fundamentação de pesquisas, do que periódicos acadêmicos, em estudos literários e em outras áreas.

Essa independência relativa provoca perplexidade, pois haveria uma relação inconsistente entre a valorização de uma revista para fins de discussão de ideias e a atribuição de valor em um contexto de preenchimento de relatórios de pós-graduação para a CAPES. Uma assimetria em grande escala pode significar que uma enorme carga de esforço, em especial por parte de editores de revistas e coordenadores de pós-graduação, tem efeito inócuo sobre a qualificação das pesquisas na área. O desgaste para publicar não corresponderia a uma disponibilidade para ler as revistas.

A hipótese de que, em larga medida, tenhamos a prática de publicar artigos que talvez poucos leiam, ou mesmo ninguém, representa que há um problema sério de interlocução dentro da comunidade acadêmica, de modo que os pares não conhecem suficientemente as pesquisas uns dos outros. A ideia é que escrever, predominantemente, para cumprir uma tarefa institucional, ou pontuar em uma avaliação, contraria frontalmente a perspectiva de que um trabalho deve ser publicado em razão da contribuição de suas ideias para a área.

Pensando em termos de Theodor Adorno, é possível construir a hipótese de um antagonismo formal, intelectual e histórico, entre produção e leitura. É como se isso não fosse um problema do sistema de circulação de produção acadêmica, a ser corrigido, mas uma das condições de sua constituição. “Nos próprios indivíduos exprime-se o fato de o todo, incluindo aí os indivíduos, só se conservar por meio do antagonismo” (ADORNO, 2009, p. 259). Em tempos de proposição de projetos multidisciplinares, e multiplicação de grupos de pesquisa, é forte a percepção de que a interlocução é insuficiente para muitos pesquisadores. A inserção de um pesquisador em um campo de conhecimento implicaria, de modo geral, uma posição antagônica com relação a outros pesquisadores do mesmo campo. Isso é positivo, se ocorrem debates públicos, pautados por respeito e profissionalismo, sobre os temas abordados em pesquisas. Debates podem beneficiar muito a área. No entanto, essa posição antagônica pode ser negativa, no caso de ausência de encontros públicos qualificados. Nesse caso, a tendência seria uma conduta territorial, em que um pesquisador, ou um conjunto de pesquisadores, restringe sua interlocução a um grupo caracterizado pela concordância continuada, e escolhe não ler trabalhos de pares externos a esse grupo. A territorialidade, tomada como valor absoluto, inviabiliza a troca intelectual. Utilizando termos de Adorno, conservar a si mesmo no ambiente universitário parece supor evitar participar de situações públicas de discordância; se a área pode ser vista como um todo, para efeito de raciocínio, fazer parte desse todo seria então viável se o antagonismo com relação ao outro for um princípio comum: “(...) é somente graças ao princípio da autoconservação individual, com toda sua estreiteza, que o todo funciona. Ele obriga cada indivíduo a olhar unicamente para si, prejudica sua inteligência da objetividade (...)” (ADORNO, 2009, p. 260).

É possível afirmar que o *corpus* deste trabalho é muito restrito, e que a leitura de 85 artigos não permite fazer generalizações sobre o estado de uma área. É verdade, e por essa razão é ineficaz procurar aqui conclusões definitivas. Como hipóteses, as ideias deste artigo podem ser facilmente contestadas. Ainda assim, a carência de estudos sobre produção acadêmica em humanidades, em perspectiva crítica, e não apenas quantitativa, leva a crer que vale a pena formular impressões provisórias. Mesmo sendo restritas, as impressões podem ajudar a mapear e nomear situações de dificuldade no contexto acadêmico brasileiro. Como será observado mais adiante, o *corpus* escolhido permite

observar um distanciamento nítido entre a produção e a leitura de trabalhos de revistas acadêmicas.

Considerações iniciais: a avaliação de periódicos acadêmicos

As comunidades acadêmicas brasileiras, de modo geral, defendem que o mérito intelectual é um fator decisivo para que um trabalho acadêmico seja publicado em um periódico acadêmico indexado, e reconhecido por seus pares. O mérito não é necessariamente o único fator, mas em princípio, em termos de ética de pesquisa, ele deve prevalecer.

Historicamente, nos últimos vinte anos, as pesquisas brasileiras, sobretudo nos casos de projetos que são desenvolvidos dentro de universidade, dependem, para sua viabilização, de apoio de agências de fomento à pesquisa, sejam nacionais, estaduais, ou estrangeiras. A situação do país não se confunde com contextos encontrados em outros países, em que universidades propiciam a seus pesquisadores, ou pelo menos a alguns deles, amplas condições de apoio ao desenvolvimento de suas pesquisas.

Em muitos casos, no Brasil, a ausência de apoio de agências pode significar a inviabilização de um projeto. Dentro desse contexto, a avaliação de mérito é uma exigência determinada pelas agências. Com o passar do tempo, sistemas de avaliação são reforçados e adaptados, em razão de variações e de aumentos de demandas. Isso ocorre, em parte, pela acelerada expansão do sistema de pós-graduação brasileiro.

A intersecção entre o horizonte do mérito, em termos de contribuição qualificada para uma área do conhecimento, e o horizonte concreto das condições de financiamento, em termos de viabilização de projetos, é um espaço de delimitação pouco clara, e variável ao longo do tempo e do espaço. Do ponto de vista de novas gerações de pesquisadores, a inserção no sistema não parece ser uma escolha, mas talvez uma imposição. Desde a aprovação em estágios probatórios, até a definição de termos de um contrato de trabalho na universidade, a capacidade produtiva de um pesquisador pode ser decisiva. Essa capacidade não diz respeito apenas à qualidade de suas ideias; ela é interpretada, em muitos casos, como uma evidência de visibilidade e de captação de recursos.

É possível que o contexto em que é mais ostensivo o problema da relação entre o mérito individual e as regras do sistema seja a avaliação de programas de pós-graduação da CAPES. Particularmente, preocupam os procedimentos de classificação da produção acadêmica. É difícil interpretar dados quantitativos como qualitativos, em especial no contexto brasileiro, em que muitos fatores provocam, continuamente, transformações de regras de avaliações acadêmicas.

Além disso, no caso brasileiro, é necessário ponderar que existem projetos de pesquisa determinados por interesses dos pesquisadores (com determinações individuais ou coletivas), assim como processos específicos de indução, que se expressam, por exemplo, em alguns editais de agências de fomento. Considerando fatores como as diferenças entre áreas de conhecimento, a diversidade interna no interior de cada área, as especificidades de projetos interdisciplinares, e as particularidades de projetos construídos em redes internacionais, é muito pouco provável que critérios quantitativos homogêneos sejam capazes, em si mesmos, de traduzir com idoneidade os movimentos da vida acadêmica no país.

Em um contexto diversificado, expectativas de que a avaliação de produção de conhecimento seja justa são partilhadas por muitos pesquisadores. Para fins de classificação, para muitas áreas, a quantidade de citações que um artigo recebe determina, em larga medida, seu valor científico. Tem crescido a presença da concepção de que a medida de relevância de um trabalho se expressa nas citações que recebe. As imperfeições desse critério são conhecidas, o que não impede que ele seja adotado. Por exemplo, um estudo da área de Medicina expõe o seguinte:

Considerando que o periódico ainda é um dos canais mais utilizados para a comunicação de pesquisa científica, nota-se, nos últimos anos, uma preocupação por hierarquizar as revistas científicas e avaliar o número de citações por parte dos órgãos de fomento, no julgamento de projetos, na concessão de bolsas de estudo e na avaliação de cursos de pós-graduação. (...) O ranking dos periódicos pelo fator de impacto é publicado pelo Journal Citation Reports (JCR), publicação anual criada em 1975, que oferece recursos para a avaliação dos títulos que compõem a base da Web of Science. Este fator de impacto é definido matematicamente como o número de vezes que os artigos das revistas são citados durante um período específico (o numerador), dividido pelo número total de artigos publicados por esta revista no mesmo período (denominador), num período convencional de dois anos. Não há como medir quanto um artigo foi utilizado pelos profissionais, mas pode-se medir seu efeito para outros pesquisadores e autores, examinando com que frequência e onde foram citados em outros artigos. O JCR é

importante ferramenta auxiliar tanto para o pesquisador, que poderá determinar onde deve publicar seus trabalhos, assim como para os bibliotecários realizarem análise de coleção de periódicos (VILHENA & CRESTANA, 2002).

O efeito direto de uma classificação de periódicos é, antes de mais nada, orçamentário: ele diz respeito ao apoio de órgãos de fomento a projetos de pesquisa e à concessão de bolsas. A presença de trabalhos dos docentes de um programa de pós-graduação em revistas com conceito máximo pode significar, direta ou indiretamente, que os docentes desse programa, bem como seus orientandos, sejam beneficiados. Esse componente pragmático impregna decisões tomadas na comunidade acadêmica. Cabe perguntar o que ocorreria se, por exemplo, os critérios fossem mudados, e a vantagem em publicar em revistas com conceito máximo fosse removida do sistema. Por exemplo, se um novo ministro da ciência e tecnologia reduzisse o orçamento para pesquisa do país, ou um ministro de educação reduzisse o apoio à pós-graduação (em tempos como os atuais, isso não seria surpreendente). O texto de Vilhena & Crestana, publicado em 2002, aborda o assunto em termos de que os critérios estariam consolidados. Doze anos depois, os valores que sustentam essa dinâmica ganharam ainda maior importância, intensificando a competitividade. Falta a esse texto uma percepção histórica e contextual, que permitiria questionar, afinal, por que as coisas precisam ser assim? É provável que, sem o retorno financeiro esperado, a comunidade científica se comportasse de modo diferente.

Em última instância, é necessário um questionamento voltado para a relação difusa e pouco compreendida entre o contexto histórico e o campo financeiro, no que se refere ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas no Brasil, e não apenas no Brasil. Sem as contribuições financeiras para os programas, haveria tantos periódicos acadêmicos buscando espaço e reconhecimento? Mais do que isso, seriam produzidos tantos artigos acadêmicos, como ocorre atualmente?

Cabe retomar a seguinte passagem do texto da área de medicina: “Não há como medir quanto um artigo foi utilizado pelos profissionais, mas pode-se medir seu efeito para outros pesquisadores e autores, examinando com que frequência e onde foram citados em outros artigos”. Na primeira parte do enunciado, as autoras estão cobertas de razão; com os recursos disponíveis, não é possível quantificar a circulação de um

trabalho. O controle quantitativo de citações é uma estratégia limitada e controversa. A premissa é de que a qualidade de um artigo está associada ao seu aproveitamento para a elaboração de outros artigos. Trata-se de uma lógica de multiplicação, cuja perversidade consiste em que qualquer pesquisa, para ser digna de respeito, precisaria ter continuidade, direta ou indiretamente, em outra e mais outra. Quando um ritmo acelerado é imposto, esses elos de continuidade podem ser construídos de modos artificiais. Iniciar uma pesquisa, digamos, original ou específica, que recorra muito pouco ao estado dos debates de sua área, ou escolha caminhos acadêmicos que não foram legitimados suficientemente, pode ser um mecanismo destrutivo com relação à carreira acadêmica, uma vez que o pesquisador dificilmente poderia estabelecer um espaço para o seu trabalho dentro da lógica do JCR. Para evitar isso, um pesquisador iniciante pode ser induzido a reforçar ideias que já estão consolidadas dentro dessa lógica, estimando um risco mínimo de exclusão acadêmica.

Críticas como essas são constantes, e mesmo assim é ainda necessária a sujeição a trabalhar de acordo com as regras institucionais estabelecidas. As críticas aos sistemas de avaliação, salvo exceções, não estão suficientemente organizadas em termos propositivos. É comum defender o fim de sistemas de avaliação em vigor, mas não ocorre constantemente a proposição de alternativas adequadas para lidar com os problemas. Seria ótimo se reflexões propositivas fossem mais constantes e divulgadas em debates públicos.

As chances de reconhecimento são bem maiores com a participação em projetos que foram constituídos tendo em vista, desde suas bases, os modelos de produtividade. O controle feito com indicadores quantitativos de citações é ambíguo. Por um lado, ele seria interpretado como um fator de avanço na ciência, pela integração em rede de pesquisas em andamento. Por outro, como ele é em si um instrumento de legitimação e valorização, ele tem um efeito extremamente conservador. Como diz o texto, conhecendo os indicadores de impacto, o pesquisador determinará onde publicar. Periódicos novos, que tenham propostas renovadoras, e aceitem trabalhos academicamente conceitualmente ou metodologicamente independentes das redes consolidadas, podem ser condenados à exclusão, em favor de periódicos consagrados. Um espaço em um periódico consagrado será disputado de novo e de novo. Em razão disso, em um contexto de valorização do JCR, em muitos casos, um periódico novo

pode ser talvez destinado, com exceções, a ser um periódico fracassado, para os qual os pesquisadores não queiram enviar seus textos.

Essa percepção é reforçada pela compreensão de que um dos fundamentos da quantificação de citações é, objetivamente, um fundamento econômico, conforme explica Letícia Strehl:

Os bibliotecários vêem o FI como um parâmetro para seleção dos títulos de maior interesse para os cientistas quando precisam alocar os recursos de seus limitados orçamentos. Em contrapartida, editores de periódicos acompanham a evolução das medidas de impacto, pois desejam publicar artigos importantes (precisam ser atrativos para os autores) e, conseqüentemente, captar os recursos das bibliotecas (STREHL, 2005).

A preocupação com o fator de impacto de um periódico diz respeito, antes de mais nada, a um espaço. Bibliotecas têm orçamentos para compra de assinaturas; os critérios de impacto são utilizados para selecionar os periódicos cujas assinaturas valem a pena; quanto mais um periódico se destacar nas hierarquias do sistema, maior será seu orçamento referente a assinaturas, muitas vezes caríssimas.

Um estudo da área de Psicologia, manifestando satisfação com relação a periódicos acadêmicos da área, expõe que um

(...) indicador da melhoria das revistas no período é a inclusão em bases de dados internacionais: no período 1998 a 2001, de uma revista indexada na PsycINFO, da American Psychological Association, passa-se a sete; de duas incluídas na base LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe de Ciências da Saúde), passa-se para 20; de uma revista disponibilizada no serviço SciELO (Scientific Electronic Library Online-Bireme/Fapesp), passa-se para quatro. Além disso, as revistas da área passaram a buscar indexadores antes não conhecidos (como são os casos da Sociological Abstracts (da Cambridge Scientific Abstracts), da PSICODOC (do Colégio Oficial de Psicólogos de Madrid) e CLASE (Universidad Nacional Autónoma de México), melhorando a visibilidade de suas publicações (YAMAMOTO et alii, 2002).

Discursos similares são comuns em diversas áreas. Haveria uma relação direta, de acordo com esse posicionamento, entre a pluralidade de recursos de indexação e a “melhoria das revistas”. Esses discursos determinam, com convicção, que não é possível atribuir valor a um trabalho acadêmico fora de parâmetros regulares, sobretudo norte-americanos, e também originários de outros contextos.

É como se um pesquisador tivesse que se submeter permanentemente a séries de provas: primeiro, o reconhecimento dos pareceristas e dos editores; depois, o reconhecimento explícito dos pares na forma de citações; depois, o reconhecimento do periódico em que publicou seu trabalho, em parâmetros internacionais. Esse percurso de epopeia negativa caracteriza cada iniciativa de publicação científica como uma exposição a pressões e uma sujeição à rejeição. É inevitável que, em larga medida, cada vez mais pesquisadores escrevam para permanecerem no sistema. Por isso, escrevem de acordo com expectativas estabelecidas, com um senso de adequação ao sistema muito maior do que de independência intelectual. Causa perplexidade o princípio, comum a várias áreas, de que a visibilidade tenha fim em si mesma. Em seu caráter ambíguo, com um componente conservador, esse sistema de avaliação separa, às vezes radicalmente, valor e pertinência.

São enfrentados, pelas áreas de conhecimento, desafios, com demandas específicas, em função de impasses teóricos, novos objetos de investigação, ou ainda por transformações históricas e sociais. É plausível considerar pertinente que a ciência confronte diretamente desafios considerados, por razões internas ou externas ao universo acadêmico, prioritários. O Plano Nacional de Pós-Graduação delimita áreas estratégicas, associadas a problemas brasileiros que demandam elevada atenção científica, como água, energia, saúde humana e desenvolvimento social, entre outras. Na perspectiva orientada pelo Plano, existiria um critério (não único, nem excludente) de atribuição de pertinência a uma pesquisa. Esse critério consistiria na capacidade de confrontar, direta ou indiretamente, desafios de áreas estratégicas para o país.

Poderia haver um planejamento, em escala nacional e a médio ou longo prazo, para as atividades científicas no Brasil, de modo que a política da CAPES de delimitação de áreas estratégicas tivesse convergência com seus sistemas de avaliação. É muito provável que trabalhos acadêmicos com pertinência estratégica, capazes de promover superações de dificuldades concretas, não sejam necessariamente aprovados por pareceristas *ad hoc* de periódicos norte-americanos, para os quais o critério adotado pelo PNPG não é necessariamente relevante.

Sobretudo no que se refere ao campo da cultura, uma das áreas consideradas estratégicas pelo PNPG, essa probabilidade se acentua. O Documento de Área de História na CAPES de 2013, em sua página 19, afirma explicitamente que “Os

periódicos de História não podem se beneficiar da utilização do fator de impacto, porque são poucos os que são indexados em instituições que o calculam. Por essa razão, ao longo dos anos, em conjunto com a Grande Área de Humanidades, a Área de História desenvolveu uma série de procedimentos” para estabelecer critérios de avaliação. A posição é extremamente sensata. A subordinação à indexação internacional poderia ser prejudicial à vida acadêmica na área. Cabe aos pesquisadores definirem o que é adequado, ou não, para avaliar o valor da produção acadêmica. A hierarquia, de orientação colonialista, em que periódicos indexados norte-americanos estariam no centro do saber legitimado, em escala mundial, e aos demais países coubesse lutar para fazer parte dessa legitimação, exclui e humilha pesquisadores que não integram o sistema. Essa danificação chega ao paroxismo quando a comunidade científica se obriga a construir programas de indexação alternativos, localizados fora dos Estados Unidos, mantendo as mesmas regras básicas do modelo americano.

A dificuldade de compatibilizar as pesquisas em humanidades com a lógica implacável do fator de impacto é pauta constante de reuniões de associações de área e preocupação de muitos coordenadores de pós-graduação. Assim como no caso de História, a área de Letras, pelo menos em parte, não estaria segura se precisasse se sustentar, em termos de reconhecimento, através do *Journal Citation Index*.

Periódicos acadêmicos de Letras

A hipótese central deste artigo consiste em que a situação dos periódicos acadêmicos em Letras, e possivelmente em outras áreas, hoje no Brasil, se caracteriza por um antagonismo constitutivo, definido nos seguintes termos: a relação entre a dedicação a publicar textos em periódicos e o interesse em consultar os mesmos é uma relação assimétrica. A hipótese, a rigor, se refere à percepção de que essa assimetria é excessiva. Se for assim, o excesso merece ser interpretado com atenção, como um elemento negativo da pesquisa brasileira.

Neste artigo, as reflexões abordaram quatro periódicos acadêmicos da área de Letras. Esse número, em termos de representatividade, é muito restrito. Mesmo como uma amostra qualificada, é difícil sustentar generalizações. Não seria viável propor que quatro periódicos representam, de modo geral e suficiente, o conjunto de periódicos

acadêmicos da área de Letras. O alcance esperado deste trabalho consiste na elaboração de uma hipótese de estudo. Seria necessário ampliar o *corpus*, tanto em termos de número de periódicos como de horizonte temporal, para consolidar uma amostra representativa.

Dois critérios de escolha, no entanto, ajudam a pensar de modo produtivo sobre as relações entre os periódicos acadêmicos do *corpus* e modelos vigentes de avaliação acadêmica. O primeiro é de que todos os periódicos aqui comentados se caracterizam pela excelência, expressa pela CAPES no conceito A1, e reconhecida amplamente por pesquisadores. O segundo é de que foi focalizado o ano de 2013, de modo a considerar a produção recente na área. É possível que a hipótese aqui apresentada esteja ligada, de modo abrangente, a questões levantadas por editores de periódicos acadêmicos, com relação à valorização das revistas, em várias áreas do conhecimento, além de Letras.

De acordo com o Documento de área de Letras na CAPES, referente a 2013, em sua página 23, um periódico integra o Estrato A1 se atender as seguintes condições: “publicação ininterrupta pelo menos nos últimos oito anos; diversidade institucional dos autores (...)”; conselho editorial atuante, incluindo pesquisadores nacionais e internacionais; “artigos de alta qualidade, preferencialmente escritos por doutores do Brasil ou do exterior, com efetiva contribuição científico-acadêmica para a Área; indexação no Brasil e no exterior; periódicos que sejam referência internacional para a Área”.

A metodologia deste trabalho tem como premissa a perspectiva de que as referências bibliográficas de um artigo acadêmico são expressivas. Essa perspectiva é voltada para a busca de padrões constantes; a ênfase está em tendências gerais, ainda que a observação de casos particulares seja importante.

Para realizar o trabalho, foram lidos os volumes do *corpus*, para conhecer temas e formas de artigos acadêmicos. As referências bibliográficas dos artigos foram observadas, em perspectiva comparativa. O levantamento permitiu identificar quais periódicos acadêmicos são citados. Em contraponto, foram observadas as menções a livros ou capítulos de livros. Além disso, foram registradas as ocorrências de indicações de dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Objetivamente, a metodologia respeitou as seguintes etapas: ler os volumes selecionados integralmente; copiar as referências bibliográficas de todos os artigos

publicados; listar os periódicos citados; organizar as indicações de livros, capítulos de livros, dissertações e teses; observar a presença de outros tipos de materiais nas referências.

O *corpus* foi delimitado de acordo com os seguintes critérios:

- os periódicos estão avaliados com conceito máximo, A1, no Qualis de periódicos da área de Letras e Linguística da CAPES;
- os volumes foram publicados com data de 2013;
- existe uma simetria entre o número de periódicos publicados por programas de Pós-Graduação e a quantidade de revistas publicadas por Associações profissionais da área de Letras;
- os periódicos disponibilizam todos os seus artigos pela internet, sem necessidade de pagamento ou de senha;
- os volumes são dedicados à área de estudos literários (por essa razão, não foram considerados um volume de *Revista da ANPOLL* e dois volumes da *Letras de hoje*, todos centrados em estudos linguísticos, publicados em 2013);
- o conjunto de volumes não se restringe a um único estado, nem a uma única região do país;
- esse conjunto permite encontrar trabalhos feitos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, além de pesquisadores em formação;
- esse conjunto inclui autores de diversas regiões do Brasil.

Seguindo esses critérios, foram escolhidos os seguintes volumes:

- *Letras de Hoje*, v.48, n.2, de 2013. Inclui quatorze artigos. Tema geral: Dez anos sem Maurice Blanchot.
- *Letras de Hoje*, v.48, n.4, de 2013. Inclui dezessete artigos. Tema geral: A Escrita Auto/Biográfica
- *Remate de Males*, v.33, n.1-2, de 2013. Inclui dezessete artigos. Tema geral: Semana de Arte Moderna: perspectivas críticas.
- *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.22, de 2013. Inclui quatorze artigos. Tema geral: Literatura Comparada e ensino de literatura.
- *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.23, de 2013. Inclui nove artigos. Tema geral: A Literatura Comparada hoje.
- *Revista da ANPOLL*, v.1, n.13, de 2013. Inclui quatorze artigos. Tema geral: Pensar e produzir inovação em literatura.

Letras de Hoje é um periódico publicado pelo programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. *Remate de Males* é uma publicação do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. *Revista Brasileira de Literatura Comparada* é um periódico publicado pela Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC). *Revista da ANPOLL* é um periódico publicado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL).

No total, os volumes formam um conjunto de 85 artigos. Foram desconsiderados, para esta reflexão, os seguintes casos: apresentações dos volumes; artigos que apresentam notas de rodapé, mas não trazem uma parte específica de referências bibliográficas (foram localizados dois textos com essa caracterização); artigos que não apresentam referências bibliográficas, nem notas de rodapé (foram localizados também dois textos com essa caracterização); e resenhas. Foram desconsiderados também os textos cujos arquivos na internet, mesmo com diversas tentativas de leitura, geraram mensagens de erro e não abriram.

No que se refere especificamente às referências bibliográficas, foram desconsideradas as referências a volumes de periódicos publicados antes de 1950. Esses casos são pouco numerosos. A Revista *Klaxon*, que é citada através de uma republicação em fac-símile na década de 70, foi mencionada quatro vezes. Os textos em que essas referências aparecem são estudos de temas ligados ao modernismo e à Semana de Arte Moderna, na revista *Remate de Males*.

Cabe registrar que o procedimento é de transcrição dos dados, e não incluiu busca de ISSN, verificação de presença dos periódicos no Qualis CAPES, ou confirmação de dados das referências citadas. Foram encontrados, entre os 85 artigos, as seguintes referências bibliográficas a periódicos:

Título do periódico	Número de artigos do corpus que fazem referência ao periódico	Anos em que os volumes referidos foram publicados
<i>Revista do Livro</i>	1	1956-1970

<i>Critique</i>	1	1966
<i>Colóquio Letras</i>	1	1973
<i>Almanaque</i>	1	1982
<i>Studies in Comparative Communism</i>	1	1983
<i>Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade</i>	1	1986
<i>Revista do PHAN</i>	1	1987
<i>Printing History</i>	1	1987
<i>Critical Inquiry</i>	1	1989
<i>Poetics</i>	1	1990
<i>Revista Portuguesa de Educação</i>	1	1990
<i>Estudos Avançados</i>	1	1991
<i>Suplementos Anthropos</i>	1	1991 e 1986
<i>Journal of Youth and Adolescence</i>	1	1991
<i>Remate de Males</i>	1	1993
<i>Projeto História</i>	1	1993
<i>Punto de vista</i>	1	1993
<i>Revista de Estudos Históricos</i>	1	1994
<i>Revista de crítica literária latino-americana</i>	1	1994
<i>African Languages and Cultures</i>	1	1995
<i>Ínsula</i>	1	1996
<i>Luso-Brazilian Review</i>	1	1996
<i>Cadernos de Literatura Brasileira</i>	1	1997
<i>Intexto</i>	1	1997
<i>Poligrafias</i>	1	1997
<i>Literatura e sociedade</i>	1	1997
<i>L'oeil de Bouef</i>	1	1998
<i>L'Alighieri</i>	1	1999
<i>Sarmiento</i>	1	1999
<i>Teresa</i>	1	2000

<i>Cinemais</i>	1	2000
<i>Literatura e sociedade</i>	1	2000
<i>New Left Review</i>	1	2000
<i>D O Leitura</i>	1	2001
<i>Ambiente e sociedade</i>	1	2001
<i>Histórica</i>	1	2002
<i>Ciberlegenda</i>	1	2003
<i>Popular Music and Society</i>	1	2003
<i>Narrative</i>	1	2004
<i>Quaderni del Dipartimento di Pratiche Linguistiche e Analisi di Testi</i>	1	2004
<i>Vivencia</i>	1	2005
<i>Revista Entrepassados</i>	1	2005
<i>Léngua & meia</i>	1	2005
<i>Information technology & people</i>	1	2005
<i>Outra Travessia</i>	1	2005
<i>Revista Brasileira de Literatura Comparada</i>	3	2006 e 2005
<i>Music & Letters</i>	1	2006
<i>Entre livros</i>	1	2007
<i>Novel</i>	1	2007
<i>Matrizes</i>	2	2007
<i>Especulo</i>	1	2007
<i>Poiesis Prax</i>	1	2008
<i>Ellipsis</i>	1	2008
<i>Interfaces Brasil-Canadá</i>	1	2008
<i>Crítica Cultural</i>	1	2009
<i>Desenredos</i>	1	2009
<i>Revista Texto Digital</i>	1	2009
<i>International Journal of Communication</i>	1	2009
<i>Significação</i>	1	2009

<i>PNAS</i>	1	2010
<i>Quinto Império</i>	1	2010
<i>Revista USP</i>	2	2010 e 1995
<i>Aletria</i>	2	2010 e 2001
<i>Desenredo</i> ¹	1	2010
<i>Caderno de Letras da UFF</i>	1	2010
<i>Vertentes</i>	1	2011
<i>Journal of the text encoding initiative</i>	1	2011
<i>Neohelicon</i>	1	2011
<i>Revista Estudos Feministas</i>	1	2011
<i>Realis</i>	1	2011
<i>Revista da ANPOLL</i>	1	2011
<i>Revista Signo</i>	1	2011
<i>Moara</i>	1	2012
<i>RILCE</i>	1	2012
<i>Landa</i>	1	2012
<i>Revista Ensino Superior Unicamp</i>	1	2013

Tabela 1. Relação de periódicos acadêmicos citados.

Esta listagem inclui 76 periódicos, publicados entre 1950 e 2013. O número total de vezes em que foram encontradas citações de periódicos foi 81. A *Revista Brasileira de Literatura Comparada* é a única, na listagem, que foi citada por três artigos diferentes, dentro do conjunto de 85. Para efeito desta reflexão, feita a ponderação sobre a especificidade da *Klaxon*, a publicação da ABRALIC é o periódico mais consultado, em trabalhos publicados dentro do *corpus*, em 2013.

Esse dado pode ser compreendido, pelo menos, em duas perspectivas. A primeira é de que, em termos contrastivos, a reiteração expressa um interesse pela leitura do periódico. Cabe ressaltar que as consultas não foram apenas de um volume, mas de volumes de dois anos diferentes, 2006 e 2005. O dado sugere que a Revista é valorizada pela comunidade acadêmica.

¹ Cabe distinguir, na listagem, a Revista Desenredos (ISSN 2175-3903) e a Revista Desenredo (ISSN 1808-656X).

Objetivamente, o número máximo de ocorrências é um número muito pequeno. Em um universo de 85 artigos, apenas três fazem referência direta à Revista. Com uma presença inferior a 5%, essas ocorrências não representam uma tendência ou uma inclinação. É importante reforçar que, como foi dito anteriormente, o *corpus* é uma amostra restrita, e as generalizações não podem ser sustentadas, sobretudo de modo conclusivo. No entanto, é produtivo pensar hipoteticamente. É apenas dessa maneira que este artigo propõe, neste momento e em geral, um questionamento abrangente. É possível indagar se, na área de Letras (e em outras áreas, possivelmente), algum periódico é capaz hoje de produzir tendências intelectuais. É claro que as ideias de um periódico podem ser difundidas de muitos modos, em aulas nas universidades ou em conferências, por exemplo. O critério quantitativo, nesse caso, está ligado a modelos de avaliação de pesquisa em vigor no país. Se em 85 artigos, publicados recentemente em periódicos avaliados como A1, o máximo de ocorrências de um periódico é 3, a impressão é de que a citação de periódicos é, rigorosamente, um comportamento descontínuo e eventual dos pesquisadores.

Uma das principais justificativas para que programas de pós-graduação criem e sustentem revistas acadêmicas está na ideia de que a produção científica deve fazer parte do espaço público, ser objeto de debate, e contribuir de modo qualificado para as demandas da área. Três menções a um periódico não constituem, de modo algum, uma sinalização de um debate. Há uma assimetria entre a produção e a consulta.

O número de periódicos na área de Letras, atualmente, é muito elevado. Por diversos motivos, novas revistas são criadas, sobretudo em razão da necessidade de canalizar produções, que poderão ser lançadas em relatórios de pós-graduação para a CAPES. No universo de 76 periódicos, a parcela de revistas especificamente voltadas para a área de Letras é muito pequena. A incorporação direta de ideias divulgadas nas revistas da área é extremamente restrita.

Se for possível generalizar essa observação, fica lançado um questionamento: para quem os pesquisadores escrevem seus artigos? Se considerarmos o nível de quantidade de citações como um indicador de leitura, cabe perguntar: quem lê tantos artigos, em tantas revistas? É possível que, mesmo quando acreditem estar escrevendo para seus pares, pesquisadores estejam escrevendo, em última instância, para ninguém.

A publicação de um artigo em uma revista bem avaliada não garante o interesse dos pares pela sua leitura.

O atual sistema de avaliação de periódicos de Letras utiliza critérios como, por exemplo, a solicitação, por parte dos editores, de pareceres *ad hoc* sobre artigos propostos. Quando um artigo é publicado em uma revista avaliada como A1, a premissa é de que, tendo sido feita uma avaliação rigorosa, o artigo publicado tem qualidade acadêmica. Isso deveria ser uma razão para que a comunidade lesse, comentasse, debatesse o artigo. Essas práticas concretizariam o princípio de “efetiva contribuição científico-acadêmica para a Área”, exposto no Documento de Área.

Pelo menos no que diz respeito a este *corpus*, a percepção é de que nada disso de fato se materializa como deveria. Revistas publicam em sequência volumes, com artigos que se multiplicam, e a impregnação das ideias publicadas é mínima. Se as Revistas A1 desenvolvem um trabalho de contribuição para a qualidade da área de Letras, essa contribuição tem um efeito muito menor do que o esperado. Seria possível argumentar que citações de artigos não são significativas para apreender debates da área ou contribuições qualificadas; e afirmar que o problema é de definição de instrumentos para reconhecer a importância de uma contribuição.

É verdade que a avaliação qualitativa faz muito mais sentido, em termos acadêmicos, do que indicadores quantitativos. Seria muito mais consistente analisar a qualidade, tendo em vista as ideias expostas pelos pesquisadores, e os debates em que elas se articulam. Historicamente, a avaliação não considera as ideias propriamente ditas; para fazer isso, seria necessário estabelecer critérios para definir o que são ideias qualificadas. Os critérios sofrem variações no tempo e no espaço, de modo que eles próprios devem ser objeto de debate público regular. A classificação dos periódicos, supostamente, representaria uma mediação entre os parâmetros. Se um periódico atende expectativas de rigor, e ganha uma avaliação positiva, a quantificação é medida em termos de capacidades de pesquisadores de terem seus trabalhos aceitos diante de uma avaliação rigorosa. Os pareceristas podem fazer a avaliação qualitativa de um trabalho. A aceitação de um trabalho em uma revista pode ser compreendida, pelas comissões de avaliação, como evidência, pelo menos formal, de qualidade das ideias. Em larga medida, está nas mãos dos pareceristas *ad hoc* a responsabilidade pelo aumento ou não de visibilidade de um projeto de pesquisa ou de um programa de pós-graduação.

No conjunto de 76 periódicos citados nos textos do *corpus*, apenas quatro são citados em mais de um artigo. Isso significa que, de modo geral, os periódicos citados são escolhidos por um único indivíduo pesquisador. Esse dado sustentaria uma hipótese: as revistas são escolhidas em razão de necessidades específicas, em acordo com o objeto escolhido em cada caso. Na atualidade, são muito utilizados recursos de buscas por palavra-chave. É muito provável que, para muitos pesquisadores, os artigos lidos e citados tenham sido estudados de modo independente, com relação aos periódicos de origem. A tendência não sinaliza que os periódicos sejam lidos de modo integral. Para muitos editores, é importante definir um perfil para uma revista acadêmica, com características intelectuais que permitam sustentar sua singularidade e seu valor. Pelo menos no que se refere a este *corpus*, nada sugere que os periódicos sejam conhecidos como volumes caracterizados por qualidades específicas. O perfil do periódico importa na hora de publicar, mas não necessariamente na hora de citar. É possível observar facilmente, na listagem apresentada, que o grupo de periódicos voltados especificamente à área de Letras é restrito, e dentre esses, os periódicos bem avaliados pelo QUALIS da CAPES são muito poucos. Talvez os pesquisadores, ao escreverem seus artigos, não se importem se os trabalhos que citam estão publicados em periódicos de nível A1. Entre os periódicos citados por dois artigos diferentes, estão *Aletria*, que recebe avaliação A1 em Letras, e também em outras áreas, como História; *Matrizes*, periódico da área de Comunicação Social, que recebe conceito B2 para área de Letras; e a *Revista USP*, cujo perfil interdisciplinar é reconhecido, pelo fato de que ela é avaliada em 28 áreas de conhecimento diferentes. A leitura dos textos do *corpus* indica, ao menos em hipótese, que é o aproveitamento temático ou conceitual de um artigo, e não o nível atribuído pela CAPES ao periódico em que o artigo é encontrado, que define o seu interesse e aproveitamento.

Se há alguma razão nessa hipótese, o princípio básico do JCR aqui se torna inteiramente ineficiente. Se os pesquisadores de uma área prescindem da leitura dos periódicos mais valorizados (leitura dos volumes, não de artigos específicos), e eles são pouco integrados às pesquisas recentes, há uma incongruência entre a atribuição de valor, nos relatórios de programas de pós-graduação, aos periódicos, e a definição de um valor acadêmico, entendido como relevância para a área. Em um *corpus* de 85 artigos, nenhum periódico da área de Letras chega a um número de ocorrências que

puдesse expressar com segurança que, como revista, é capaz de interferir nas tendências da vida acadêmica da área.

Se existem periódicos com conceito A1, eles poderiam estar sendo constantemente debatidos, em eventos da área, e sua leitura poderia ser amplamente recomendada a estudantes de pós-graduação. A avaliação da CAPES parece não ter nenhum valor pedagógico. Mestrados e doutorados, em geral, se importam muito mais com artigos encontrados por buscas de palavras-chave do que com as contribuições originais de periódicos de qualidade reconhecida.

Outro aspecto fundamental da listagem consiste na presença de periódicos centrados em outras áreas do conhecimento. Em tempos de valorização da interdisciplinaridade, e considerando tendências atuais de elaboração de projetos multidisciplinares, essa presença é aceitável e esperada. Causa estranheza que, entre 76 periódicos, apenas 27 sejam especificamente dedicados à área de Letras. Pelo menos de acordo com esse *corpus*, é possível formular a hipótese de que a conduta de consulta a periódicos, por parte de pesquisadores de Letras, não é motivada, na maioria dos casos, pela busca de contribuições de seus pares. As consultas, predominantemente, se referem a revistas sem delimitação disciplinar ou revistas de outras áreas.

Essa configuração não caracteriza um movimento propriamente interdisciplinar mas, se é possível falar assim, uma tendência antidisciplinar. Se de fato a curiosidade intelectual em direção a outras áreas é maior do que pela própria área de atuação, isso sinaliza uma relação problemática de pesquisadores com as tradições de pensamento de seu campo de atuação. É como se a definição de perfil de pesquisadores de literatura estivesse associada a um distanciamento com relação à sua inserção acadêmica. Isso pode ser positivo ou negativo, dependendo dos interesses institucionais. Um pesquisador pode publicar um artigo em uma revista de estudos literários, sem fazer referência a estudos literários publicados em periódicos anteriormente.

Em estudos literários, é comum afirmar que um dos principais problemas da área é de que os estudos culturais ameaçam a especificidade da literatura, ou que as críticas ao cânone vão prejudicar a recepção de autores consagrados. Existe um problema bem mais primário. Trata-se da possibilidade de que cada pesquisador de literatura possa prescindir de seus pares, sobretudo os de mesma geração ou mais novos, na hora de pensar em seus objetos. Pelo menos em parte da comunidade acadêmica, é como se o

estudo da literatura fosse independente de comprometimento com a leitura de trabalhos de pesquisa de colegas. Um dado que reforça essa impressão é o fato de que, entre 76 periódicos citados, 72 foram referidos por um único pesquisador. Cada um tem, nessa perspectiva, os seus periódicos de predileção. Um pesquisador, individualmente, pode se interessar por um periódico, e se nenhum de seus colegas partilhar do mesmo interesse, isso é tomado como irrelevante. Não deveria ser. Se existem revistas altamente prestigiadas, por que elas não são referidas continuamente em novos estudos por pesquisadores de linhas variadas?

Se essa hipótese faz sentido, essa tendência antidisciplinar precisa ser amplamente discutida. Uma área que não valoriza a própria produção pode se tornar vulnerável no contexto de disputas de apoio financeiro, sem falar no risco de baixa autoestima acadêmica. Algumas áreas podem considerar que em Letras não há avanço ou inovação do saber, ou pelo menos não há visibilidade disso. A área, em especial em estudos literários, é muito voltada para a memória cultural. Pesquisadores precisam retomar, sempre de novo, textos antigos, línguas pouco conhecidas, teorias formuladas há séculos. É prioridade, em estudos de Letras, o confronto do esquecimento. Às vezes essa necessidade é interpretada como ausência de avanço; como se não fosse importante que, a cada ano, sejam formados novos leitores de Aristóteles ou de Machado de Assis. Áreas de conhecimento que confiam muito na ideia de avanço linear podem ter dificuldade de compreender a priorização da memória. É preciso sustentar, a cada vez, que o fato de que um mesmo texto pode ser lido de diversos modos, ao longo do tempo, e que essa variação histórica é, em si mesma, um objeto de investigação.

A hipótese de que os pesquisadores não acompanhem os trabalhos de seus pares, e não discutam de modo regular as contribuições recentes, é inconsistente com a posição de que a valorização da memória é uma prioridade na área de Letras. A memória cultural não é construída individualmente ou em pequenos grupos. Sem a leitura continuada das contribuições de colegas, e a possibilidade de debater e discordar respeitosamente, a área expressa pouco interesse em valorizar a si mesma. A falta de interlocução qualificada e diversificada sugere que a área não tem projetos para si, como área, e como comunidade acadêmica no país. Não surpreenderia que, em estudos literários, a dificuldade de dar valor ao trabalho dos pares esteja associada ao fato de

que os periódicos da área são menos citados, nos artigos do *corpus*, do que revistas de outras áreas.

Além disso, cabe observar o seguinte. Os critérios institucionais de avaliação costumam estar centrados em produções recentes – dos três últimos anos, ou dos cinco últimos anos. Na listagem de citações, podemos observar que menos da metade das referências diz respeito aos últimos cinco anos. Esse dado reforça a impressão de que a escolha dos periódicos tem mais a ver com buscas por palavra-chave do que por interesse em atualização bibliográfica.

É comum escutar que as condições de trabalho universitário atuais, com excesso de burocracia e alta valorização da quantificação em rankings de universidades, são inadequadas ou hostis, e que mal se encontra tempo para redigir artigos em acordo com as expectativas. Se isso é verdade, talvez exista ainda menos tempo para ler artigos publicados pelos pares. Nesse caso, as razões para discutir o papel dos periódicos acadêmicos são ainda mais contundentes.

Foram observados em artigos do *corpus* os seguintes elementos. Existem 58 ocorrências de citações diretas da internet, que não correspondem a revistas ou livros. Elas incluem textos em websites sem indexação, posts em blogs e similares. Apareceram 20 citações de trabalhos publicados em anais de congressos. Foram citados dicionários de mitologia grega, arte e artistas, narratologia, psicanálise, filosofia, entre outros, além de dicionários de idiomas. 11 dissertações de mestrado e 12 teses de doutorado foram citadas. Entre os 23 trabalhos, 11 foram defendidos entre 2009 a 2012, e os demais são anteriores. Ocorrem também referências, pouco numerosas, a textos publicados em jornais. É significativo que a quantidade somada de citações de websites, teses, dissertações, anais e dicionários seja superior às referências a periódicos. Se a consideração de websites não indexados em termos de legitimação acadêmica seguir crescendo, é provável que seu interesse supere aquele destinado à leitura de periódicos indexados.

Em 22 casos, pesquisadores citam nas referências bibliográficas textos escritos por eles mesmos. Em alguns momentos, a citação está associada a um encadeamento explícito entre um trabalho anterior e o texto publicado em 2013. Nos demais casos, a citação causa estranheza, uma vez que referências bibliográficas dizem respeito às fontes necessárias para a elaboração de uma pesquisa, isto é, elas incluem leituras que o

pesquisador fez, para desenvolver suas reflexões. Alguns pesquisadores citam suas próprias teses ou dissertações. Em termos gerais, um texto escrito por mim expressa momentos, percursos ou resultados de minhas próprias reflexões; consultar a mim mesmo, como se fosse outro, não faz sentido. Situações como essas tornaram mais difícil a realização desta pesquisa.

Cabe registrar que muitos artigos do *corpus* parecem ser constituídos como capítulos extraídos de teses e dissertações. Isso é positivo, pois é importante divulgar os resultados de pesquisas acadêmicas. No entanto, seria preciso reforçar a orientação de que os autores façam adaptações e ajustes, de modo a definir adequadamente a delimitação de um artigo. É constante a verificação de que elementos implícitos, premissas e partes de argumentações supõem um trabalho maior, do qual o artigo foi extraído, sem que o leitor conheça esse trabalho original. Uma expressão constante desse problema é a presença de uma quantidade de textos, citados em referências bibliográficas, muito superior ao número de páginas do artigo. Fica claro, nesses casos, que as referências são de uma tese, e não propriamente do artigo. Uma impressão similar é provocada quando uma referência se refere a uma coleção de um periódico, ou a um grande número de exemplares, como por exemplo no caso de “1956-1970”, incluído na listagem. O espaço de um artigo não corresponde ao alcance esperado de um estudo detalhado de uma coleção. O formato dessa referência bibliográfica não é adequado ao teor do trabalho.

Livros e capítulos de livros

Além de levantar a presença de citações de periódicos acadêmicos, este trabalho incluiu observações referentes à importância de livros para a produção de artigos em estudos literários. Estão sendo considerados, no conjunto, livros de ficção, poesia, teatro, bem como livros de ensaios, com reflexões teóricas, críticas ou historiográficas, além de livros de outras áreas de conhecimento. Foi organizada uma relação de autores, com a indicação do número de artigos que, no conjunto de 85 examinados, fazem citações de cada autor da lista.

É elevada a presença de autores que estão diretamente ligados aos temas propostos para os volumes específicos. Como foi indicado anteriormente, a revista

Letras de hoje, no seu n.2, v.48, foi dedicada a Maurice Blanchot. Em razão dessa proposta, Blanchot aparece em uma situação acima da média: doze artigos fazem citações de seus textos. O tema geral de *Remate de Males*, em seu v.33, n.1-2, foi “Semana de Arte Moderna: perspectivas críticas”. Em razão dessa proposta, escritores modernistas foram referidos muitas vezes, e críticos literários consagrados, dedicados ao modernismo, foram também citados constantemente. Por exemplo, livros de Mário de Andrade foram indicados em onze artigos; livros de Oswald de Andrade, em dez artigos. Em alguns casos, muitos livros de Mário de Andrade eram indicados em um mesmo artigo. Com relação aos estudiosos, textos de Mário da Silva Brito, Maria Eugênia Boaventura, Telê Porto Ancona Lopez e Aracy Amaral foram constantemente indicados. Na *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.23, livros ou capítulos de livros sobre fundamentos teóricos da literatura comparada tiveram forte presença, com destaque para publicações de Eduardo F. Coutinho e Tania Franco Carvalhal. O interesse pela autobiografia, de acordo com a proposta do v.48, n.4, de *Letras de hoje*, está associado à elevada incidência de sete referências a Philippe Lejeune.

Foi possível demonstrar que, pelo menos nesse *corpus*, existe uma relação direta entre os temas gerais dos volumes e a incidência constante de citações de alguns autores. Fica evidente que, mesmo trabalhando em locais diferentes, ou com metodologias diferentes, alguns pesquisadores partilham, ainda que circunstancialmente, de um campo de referências comum. Pelo que é possível acompanhar, esse campo pode ser bastante estável. Por exemplo, a importância atribuída à *História do modernismo brasileiro* de Mário da Silva Brito, livro publicado pela primeira vez em 1958, conta com pelo menos trinta e cinco anos de consolidação no ensino de Letras no país. A antologia *Literatura comparada – textos fundadores*, organizada por Eduardo F. Coutinho e Tania Franco Carvalhal, publicada em 1994, representa, de acordo com os artigos lidos pertencentes ao *corpus*, uma espécie de centro de convergência de reflexões diversas. Além dessas escolhas constantes, articuladas com os temas gerais dos volumes publicados, outros autores aparecem de modo recorrente, em textos do *corpus*.

Autores mais citados em referências bibliográficas, no *corpus* da pesquisa, de livros ou de capítulos de livros:

Autor	Total de trabalhos, dentro do conjunto de 85 examinados, que citam ao menos um livro ou capítulo de livro do autor
<i>Alfredo Bosi</i>	4
<i>Antonio Candido</i>	19
<i>Augusto de Campos</i>	4
<i>Carlos Drummond de Andrade</i>	4
<i>Eduardo F. Coutinho</i>	6
<i>Gilles Deleuze</i>	8
<i>Giorgio Agamben</i>	6
<i>Haroldo de Campos</i>	6
<i>Italo Calvino</i>	5
<i>Jacques Derrida</i>	4
<i>Jean Baudrillard</i>	4
<i>Manuel Bandeira</i>	6
<i>Maria Eugênia Boaventura</i>	6
<i>Mário da Silva Brito</i>	8
<i>Mário de Andrade</i>	11
<i>Marta Rossetti Batista</i>	7
<i>Maurice Blanchot</i>	12
<i>Menotti del Picchia</i>	4
<i>Michel Foucault</i>	5
<i>Mikhail Bakhtin</i>	7
<i>Oswald de Andrade</i>	10
<i>Philippe Lejeune</i>	7
<i>Regina Zilberman</i>	4
<i>Rildo Cosson</i>	6
<i>Roland Barthes</i>	13
<i>Roman Jakobson</i>	4
<i>Silviano Santiago</i>	7
<i>Stuart Hall</i>	5

<i>Tania Franco Carvalhal</i>	5
<i>Telê Porto Ancona Lopez</i>	5
<i>Teresa Colomer</i>	4
<i>Theodor W. Adorno</i>	4
<i>Tzvetan Todorov</i>	6
<i>Vera Teixeira de Aguiar</i>	4
<i>Walter Benjamin</i>	8

Tabela 2. Relação de autores mais citados de livros e capítulos de livros

Antônio Candido e Roland Barthes foram os únicos autores referidos em diversas revistas, em artigos sobre assuntos muito variados. São autores cujo reconhecimento remonta aos anos 60 e 70, ultrapassando as circunstâncias da pesquisa em 2013.

35 autores integram essa listagem. Dentre eles, apenas nove são autores de textos literários. Neste conjunto de nove, quatro foram citados principalmente, nos casos dos artigos examinados no *corpus*, em razão de leituras de seus ensaios teóricos ou críticos. Apenas em cinco casos – Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Menotti del Picchia e Oswald de Andrade – a ênfase do interesse recai, de modo predominante, sobre as obras literárias dos autores.

O que ocorre, objetivamente, é que os pesquisadores de estudos literários, pelo menos no que diz respeito a este *corpus*, citam obras literárias com menos frequência do que textos críticos e teóricos. Genericamente, isso parece plausível: um pesquisador elege um livro como objeto e integra à sua reflexão, por exemplo, quatro ou cinco livros, como embasamento crítico. No entanto, a situação não é exatamente essa. É possível formular a hipótese de que tenha sido consolidado um hábito na área de estudos literários, que consiste em renunciar à pressuposição de que os textos literários sejam o seu objeto privilegiado.

A leitura do *corpus* deixa a impressão de que os pesquisadores estão interessados em muitos assuntos, desde a filosofia, a educação, até a tecnologia e a comunicação social. Esse dado é muito positivo, conforme foi mencionado anteriormente, no âmbito da interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade. Causa estranheza, no entanto, o seguinte. É possível – cabe repetir, pelo menos no que se refere ao *corpus* desta

pesquisa - que esteja acontecendo uma redefinição de perfil dos pesquisadores da própria área. Talvez, de fato, um número expressivo de pesquisadores tenha escolhido a área de estudos literários, sem um interesse significativo pela leitura de textos literários. São raros os artigos acadêmicos lidos em que são citados dois ou mais escritores. A tendência geral, nos poucos artigos referentes a textos literários, é o estudo monográfico, sendo dada atenção a um único escritor. Na maioria dos casos, no entanto, o que prevalece é a aparição eventual, a menção breve ou a ausência de textos literários, em favor de paráfrases e citações de textos críticos e teóricos.

Os cinco escritores citados em quatro ou mais artigos do *corpus* estão todos associados a um mesmo período. Objetivamente, a presença dos cinco está diretamente ligada à iniciativa de *Remate de males* de propor um volume em torno da Semana de arte moderna. Se fossem considerados apenas os outros cinco volumes de periódicos lidos, a presença de textos literários seria bem mais restrita.

É possível reforçar a percepção de um movimento antidisciplinar. As características do *corpus* sugerem um interesse muito maior pela reflexão sobre teóricos e críticos, do que por obras literárias. Em uma área conhecida como estudos literários, esse interesse desperta atenção.

Os autores de livros ou capítulos de livros, citados por três artigos diferentes, em ordem alfabética, são:

Dominique Maingueneau, Edgar Morin, Emmanuel Levinas, Eneida Maria de Souza, Friedrich Nietzsche, Gayatri Spivak, Hannah Arendt, Hans Robert Jauss, Jacques Le Goff, Jacques Rancière, João Luiz Lafetá, Jonathan Hill, Jorge Amado, Jorge Larrosa, Jorge Schwartz, Leyla Perrone-Moisés, Linda Hutcheon, Luiz Costa Lima, Márcia Camargos, Marcos Antonio de Moraes, Maria da Glória Bordini, Maurice Merleau-Ponty, Patrick Charaudeau, Pierre Levy, Raymond Williams, Roberto Schwarz, Roger Chartier, Sigmund Freud, Stéphane Mallarmé, Umberto Eco e Vilém Flusser

Essa lista inclui organizadores de antologias que incluem textos de escritores. Apenas dois nomes de autores de textos literários aparecem diretamente. A impressão anterior é reforçada: a quantidade de citações de autores de textos teóricos e críticos supera, em larga medida, as referências a textos literários.

A incorporação de referências teóricas e críticas é, quantitativamente, muito elevada. É difícil determinar, no entanto, se esse dado representa um crescimento de estudos em Teoria da Literatura ou Crítica Literária. Tomando como parâmetro as

referências bibliográficas indicadas, em muitos cursos de Letras, no ensino de graduação, em disciplinas de caráter teórico, ou de introdução aos estudos literários, talvez pudéssemos esperar que as categorias habitualmente examinadas estivessem em pauta nas pesquisas recentes. Não é o que ocorre. São raras, dentro do *corpus*, reflexões atentas sobre tópicos em gêneros literários, categorias de teoria da lírica ou teoria da narrativa, discussões sobre o conceito de literatura ou metodologias de análise e interpretação de textos. São pouco numerosos os estudos de correntes críticas. Parece haver uma distância abismal entre os currículos de graduação, em geral conservadores e esquemáticos, e algumas tendências especulativas e interdisciplinares observadas em reflexões conceituais. O movimento de recuperação de autores estrangeiros, em paráfrases e comentários, é mais intenso do que os esforços de teorização.

Dentro do *corpus*, o número total de citações de livros ou capítulos de livros é 998. O número total de autores de livros ou capítulos de livros é 818. Entre eles, 147 foram citados por dois ou mais trabalhos publicados, e 671 foram citados em um único artigo do *corpus*.

Comparando os dados obtidos, surge o seguinte contraste: Número de citações de periódicos acadêmicos

Número de citações de periódicos acadêmicos	Número de citações de livros ou capítulos de livros	Total
81	998	1079
7,5%	92,5%	100%

Tabela 3. Comparação percentual entre os índices de citação de periódicos e de livros e capítulos de livros

A tendência predominante entre pesquisadores da área, em uma hipótese elaborada a partir do *corpus*, seria buscar livros para realização de novos trabalhos de pesquisa. O impacto dos periódicos acadêmicos é inferior a um décimo.

Dentre os citados, uma grande quantidade de livros consiste em compilações, em que diversos autores contribuem com capítulos específicos. Em alguns casos, a variedade de assuntos no interior de um livro surpreende. Alguns dos livros referidos trazem títulos muito genéricos e congregam textos sem uma motivação intelectual definida ou um conjunto de questões de interesse comum. Nesses casos, é muito difícil

definir a diferença entre o teor de um periódico acadêmico que não trabalhe com dossiês (o que é comum na área) e de um livro coletivo. É esperado que, assim como um periódico tem avaliação por pareceristas *ad hoc*, também os livros coletivos tenham rigor na seleção de textos.

Sendo uma escolha cada vez mais comum em estudos literários, os livros coletivos mereceriam ser objetos de debate. As revistas, muitas vezes, têm sobre eles vantagens: a facilidade, em vários casos, de acesso online; a disponibilidade de busca de artigos por palavra-chave na internet; a organização em séries com cronogramas regulares de lançamento; o estímulo intelectual indutivo, nos casos de dossiês; além disso, para estudantes, faz muita diferença que os livros, em geral, tenham que ser comprados, enquanto muitas revistas brasileiras ainda permitem acesso sem taxas. Mesmo com essas vantagens, a escolha por publicar trabalhos em livros coletivos é muito maior. Se isso é um traço constante dentro da área de estudos literários, ele deveria ser bem compreendido, de modo a condicionar avaliações institucionais.

Se a presença de citações de livros e capítulos de livros é devastadoramente maior do que de citações de periódicos, por que é feito tanto trabalho para manter revistas acadêmicas, com reconhecimento pela sua qualidade? Quem lê tantos artigos e tantas revistas? E se os livros são tão mais importantes na prática, como valorizá-los de modo significativo, junto às agências de fomento? A existência do QUALIS livros, em Letras, não é considerada ainda uma solução ideal para essa dúvida.

Chama a atenção que, entre os 818 autores citados nos textos do *corpus*, 671 tenham sido citados por um único artigo. Assim como no caso dos periódicos, em que quase todos foram referidos uma única vez, no que se refere a livros e capítulos de livros, o nível de compartilhamento de interesses é baixo. A tendência talvez seja desenvolver reflexões com configurações idiossincráticas. Pesquisadores, muitas vezes, citam em suas referências textos que atendem expectativas muito específicas, não encontradas em textos de seus pares.

A listagem de autores citados em um único artigo é heterogênea e inclui pensadores de diversas áreas do conhecimento. Cabe ressaltar que o número de autores de textos literários é muito pequeno, dentro desse conjunto. Não há dúvida de que muitos pesquisadores constituem seu perfil através de escolhas teóricas. Vale registrar, como curiosidade, que dentro do *corpus*, não foi encontrada nenhuma referência, por

exemplo, a textos literários de Gregório de Matos, Álvares de Azevedo, Aluísio Azevedo, Euclides da Cunha, Cecília Meireles e Clarice Lispector. A presença de literaturas clássicas, estrangeiras modernas e orientais é muito restrita. Causa perplexidade que as citações de textos literários sejam, proporcionalmente, pouco numerosas, sendo que um grande número de artigos não cita diretamente nenhum escritor. Objetivamente, exercícios de análise e interpretação detalhada de textos literários específicos praticamente não apareceram.

Considerações finais

Como os pesquisadores de Letras são avaliados por sua capacidade de publicar em periódicos acadêmicos com conceito A1, seria esperado supor que os trabalhos incluídos nesses periódicos fossem citados constantemente em trabalhos de pesquisa. De acordo com o levantamento feito, a relação entre o número de citações de livros ou capítulos de livros e o número de citações de periódicos é de 9 para 1. Seria necessário, para chegar a generalizações confiáveis, ampliar o âmbito do *corpus*. De imediato, cabe refletir sobre a hipótese de que trabalhos recentes na área de estudos literários expressem, predominantemente, interesse na consulta a livros e capítulos, com uma procura muito pequena de artigos publicados em periódicos. Proponho que esse assunto seja discutido, de modo a desenvolver percepções acuradas das relações entre o que os pesquisadores fazem, e como eles são avaliados.

Em termos históricos e contextuais, é possível afirmar que, em larga medida, a imposição de modelos similares ao JCR é improcedente e, possivelmente, opressora para os estudos literários no Brasil. Essa imposição, constantemente reiterada e também criticada, ignora deliberadamente a história das pesquisas em Letras no país, e é capaz de reforçar preconceitos com relação à área. Os critérios de avaliação institucional deveriam levar em conta a história e as transformações da área, e não provocar a urgência ansiosa de pontuação em um relatório. A percepção histórica ajudaria a compreender, com clareza, e à luz do presente, quais são hoje as prioridades incontornáveis para o conhecimento em Letras.

O enfrentamento desses problemas pode se beneficiar muito de mudanças nas políticas da área, no que se refere à realização de debates e ao estabelecimento de

campos de interlocução. Existe uma relação direta entre a formação de políticas institucionais em defesa da área, e a capacidade de interação respeitosa, entre diferentes pesquisadores, no espaço público. A área de Letras tem força para intervir contra processos de padronização excessiva da produção acadêmica, e em favor de uma “efetiva contribuição científico-acadêmica para a Área”, conforme a expressão, anteriormente citada, apresentada no Documento de área de Letras na CAPES, do ano de 2013. Para intervir, muitas mudanças precisam ser feitas.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

Documento de área 2013. Área de avaliação História. CAPES. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Hist%C3%B3ria_doc_area_e_comiss%C3%A3o_21out.pdf. Acesso em 16 de julho de 2014.

Documento de área 2013. Área de avaliação Letras e Linguística. CAPES. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Letras_Linguistica_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf. Acesso em 17 de julho de 2014.

Letras de Hoje, v.48, n.2, de 2013.

Letras de Hoje, v.48, n.4, de 2013.

Plano nacional de pós-graduação 2011-2020. CAPES, 2010. V.2. Disponível em https://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf. Acesso em 8 de julho de 2014.

Remate de Males, v.33, n.1-2, de 2013.

Revista Brasileira de Literatura Comparada, n.22, 2013.

Revista Brasileira de Literatura Comparada, n.23, 2013.

Revista da ANPOLL, v.1, n.13, de 2013.

STREHL, Letícia. O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. *Ci. Inf.*, vol.34, no.1. Brasília, Jan./Apr. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652005000100003&lang=pt. Acesso em 8 de julho de 2014.

VILHENA, Valéria & CRESTANA, Maria Fazanella. Produção científica: critérios de avaliação de impacto. *Rev. Assoc. Med. Brasileira*. Vol.48, no.1, São Paulo, Jan./Mar. 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-42302002000100024&script=sci_arttext. Acesso em 8 de julho de 2014.

YAMAMOTO, Oswaldo et alii. *Ci. Inf.*, vol.31, no.2. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010019652002000200017&script=sci_arttext. Acesso em 8 de julho de 2014.